

A representação do irrepresentável: o devir e a dor dos recomeços¹

Para além de tudo o que já foi dito e analisado sobre a resistência à ditadura no Brasil é preciso acrescentar que foi graças à resistência ideológica, intelectual e física de tantos no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980 é que podemos conhecer hoje até onde estavam, e estão dispostos a ir os golpistas civis e militares brasileiros e que nível de degradação ética e moral sustentavam suas práticas, seus valores e seu abjeto projeto de país. Foi por intermédio dessa luta e através dela que pudemos reconhecer com clareza a formação e os dilemas da constituição do estado brasileiro e compreender a natureza pífia de nossas revoluções, mudanças e inflexões que, muitas vezes, mais parecem involuções.

Paradoxalmente esse é, não raro, o tratamento dado por parte dos sucessivos governos brasileiros à memória desse período. Governo, por vezes, repleto

1 Esse texto foi originalmente apresentado em mesa redonda no V Encontro Nacional da Associação Nacional de Direitos Humanos-Pesquisa e Pós-Graduação em 2009. Aproveito para agradecer o Professor Eduardo Carlos Bianca Bittar e aos amigos da ANDHEP por nossas contínuas parcerias transdisciplinares no horizonte dos debates sobre os confins do homem e os fundamentos do direito e da justiça. Posteriormente esse trabalho foi transformado em artigo e publicado na Revista Anistia Política e justiça de Transição, n. 2, 2010, publicação do Ministério da Justiça do Governo Federal. Essa é uma versão alterada foi especialmente preparada para esta coletânea.

de homens e mulheres de esquerda em seus quadros e eles mesmos sobreviventes, mas que, não raro, soçobram no caldo grosso do imperativo do esquecimento que nos impõe a repetição continuada de tudo o que não pode ser dito, compreendido e revelado sobre o terrível.

O assunto da resistência à ditadura obrigatoriamente retorna quando testemunhamos as ações da polícia militarizada, os abusos cometidos contra o corpo do cidadão pelas forças do estado, da impunidade que recai sobre dezenas de milhares de homicídios dolosos no Brasil e do atraso brasileiro em relação ao acesso aos seus arquivos, testemunhos e à devida lembrança e respeito por seus mortos, etc.

Tanto no testemunho de Flávio Tavares, cujo interlúdio entre suas experiências e sua narrativa possível foi de 30 anos, como em Graciliano Ramos, cuja escrita encontrou refúgio nas páginas virgens após 10 anos, em memórias do cárcere, e em Ottoni Fernandes, cujo testemunho só foi publicado em 2004, 27 anos depois de sua libertação do cárcere da ditadura, vemos revelado o hiato que se abre entre um corpo em dor e o horizonte incerto da palavra e da linguagem.

São nesses escritos que se evidencia aquilo que persiste como palavra violentada e a urgência em reconhecer, nessa mesma palavra ferida, a vontade de, já tendo sobrevivido, fazer viver o que restara, o que ainda aspira à linguagem. Isso indica, ao mesmo tempo, que o Brasil ainda carece das memórias desse período, não apenas de análises ou documentos, mas do relato vivo da memória, dos testemunhos fundados na experiência que busca sua vociferação em meio a tudo o que a arbitrariedade, a escória e parte da sociedade civil haviam acreditado ter calado de uma vez e para sempre.

A publicação dos testemunhos desse período aparece, portanto, sempre como um sinal de vida e esperança da palavra não proferida que reclama a narrativa de sujeitos outrora calados. De algum modo reconhecemos nos processos de ocultação e ambiguidade na resolução, travessia e enfrentamento das atrocidades vividas e cometidas no Brasil uma aspiração a alcançar o futuro, a modernidade e o “primeiro mundo” destituindo de dignidade e reconhecimento um passado atroz e saltando sobre as experiências indignas do passado. Não funciona. Para mim que nasci em plena ditadura, em 1965,

e ainda vivo num país que ainda é incapaz, não só de admiti-la, mas de reconhecerê-la e responsabilizar os protagonistas das violações cometidas nesse período, o futuro ainda é incerto e gera temor.

Recolher os corpos que a ditadura deixou esparramados e insepultos, processo pelo qual tanto lutam os familiares dos mortos e desaparecidos do Araguaia, a recusa decorrente, clara e evidente em permitir a singularização dos mortos é precisamente a mesma que impõe a recusa a singularizar os pobres, os jovens e as mulheres que são exterminados no país, condenados à vala comum.²

Lembro-me agora da natureza de um importantíssimo movimento social que se organiza e se irradia a partir do Jardim Ângela em São Paulo, que sempre procuro lembrar.³

Há ali uma passeata no dia de finados, um culto coletivo e uma celebração social que reúne milhares de pessoas todos os anos. Em meio às matanças sumárias que ocorrem nas periferias paulistanas todos os dias (homicídios cometidos entre civis, homicídios cometidos pela polícia ou pelo tráfico) o movimento realiza seu sepultamento coletivo numa caminhada que percorre as ruas da zona sul, até chegar ao cemitério São Luís, onde tantos foram enterrados sem serem nome, sem serem velados e como indigentes. A eles foi privado o reconhecimento dos que lhes eram caros e queridos e o direito de ritualizar a perda, prantear seu morto e esparramar flores em torno de sua lápide. Mortos de morte matada.⁴

2 Custa a acreditar que ainda temos de nos deparar com o tratamento desmoralizante dado por sucessivos governos à Vala de Perus em São Paulo. Trata-se de um exemplo eloquente de descaso em que permanecem sem identificação há 27 anos pobres, negros, indígenas, indigentes e opositores políticos do regime de exceção. Ainda indigentes permanecem as ossadas encontradas na Vala, baldias, largadas sem ação governamental competente que as reconduza à sua própria história e ao regato de seus familiares.

3 Ver Endo, P. C. *A violência no coração da cidade: Um Estudo Psicanalítico*. São Paulo: Escuta, 2005. Nesse livro discuto longamente a importância desse movimento social no contexto das violências urbanas na cidade de São Paulo.

4 Há uma distinção tão comumente quanto grave entre nordestinos entre a morte morrida e a morte matada. Cito Endo, P. *Morte morrida, morte matada: o direito à própria dor*. In: Kovács, M. J. & Esslinger, I. *Dilemas Éticos*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. “A morte morrida é aquela onde o sujeito da morte é, de alguma maneira, aquele que morre. Onde o morrer permanece ligado a uma derradeira autonomia que envolve a luta contra a morte, o testemunho dessa luta pelos entes queridos e, por fim, o imperativo da doença,

É disso também que se fala quando se discute a memória e o esquecimento. A persistência de aspectos perenes da ideologia e o *modus operandi* dos militares no Brasil, que elegem como seus inimigos os próprios cidadãos das cidades brasileiras, inimigos internos perseguidos em muitas das práticas do sistema policial e judiciário brasileiro. A suprema perversão do poder militar no Brasil que sempre apontou suas baionetas para seus próprios cidadãos, seus inimigos internos, torna-se paradigmática em polícias militares de prestígio no país como as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) que criadas para combater a guerrilha urbana, permanecem atuando nos mesmos moldes, ostensivamente armada e intrusiva, durante o período pós-ditadura.

Essa experiência – a de ter o estado contra o cidadão – cala. Tal como um pai que abusa e se vicia de seu filho. Autoridade máxima que por sua ação funda e mantém repetidamente a experiência do desamparo. Quando isso ocorre, o traumático se instala em sua máxima potência e se indiscrimina as fronteiras entre o agressor e o agredido, o protetor e o protegido, a vítima e o algoz.⁵

Maurice Blanchot⁶ sugere que a palavra escrita, após a catástrofe, só pode ser fragmentária, indicial, como se o estatuto de verdade da palavra escrita tivesse se desfeito diante dos genocídios que o pensamento foi incapaz de prever e, depois, de fazê-los dizer.

da velhice ou mesmo de um acidente (carro, queda, etc.) que arremata o sujeito e o abole da vida. Morte matada é uma coisa bem diferente. É uma morte que foi usurpada, retirada. O princípio que nos permite reconhecê-la é a certeza de que a morte é um processo que cabe àqueles que vivem e àqueles entes queridos do vivo. Portanto todos temos a expectativa, o direito e o dever de acompanhar a morte dos que nos são caros. Velar o morto, enterrá-lo, concordando com sua partida e, depois, celebrá-lo nos rituais vindouros é uma necessidade psíquica de primeira ordem. Discordar da morte de alguém com quem convivemos e estabelecíamos trocas e investimentos de toda ordem, evidencia uma fratura” (p. 62).

5 Remeto o leitor ao trabalho seminal do psicanalista húngaro Sandor Ferenczi, onde esses mecanismos psíquicos de degradação na dissolução da experiência alteritária, produzem e reproduzem a identificação com o agressor como mecanismo de preservação psíquica liminar e paradoxal. Especificamente remeto ao artigo Ferenczi, S. (1933) Confusão de línguas entre os adultos e a criança. In: Sandor Ferenczi. *Obras Completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, v. 4.

6 Blanchot, M. *L'écriture du desastre*. Paris: Galimard, 1980.

Acredito que esse esforço adicional, por vezes fragmentário, representa a presença de uma defesa inconsciente e de um desejo concomitante que sempre nos acompanha a partir do momento em que nos reconhecemos num país soberbamente violento, que nos impõe a pergunta: poderemos viver sem a violência?

Esse conflito está, inequivocamente, e sempre presente em todos nós, mas encontra sua maturidade na pena daqueles que decidiram, falar, escrever e lutar e, depois passam a sofrer da própria luta, do próprio imperativo de ter de dizer e de não poder esquecer o insuportável. Isso transparece nas palavras de Flávio Tavares: *“Lutei com a necessidade de dizer e a impossibilidade de escrever”*.⁷ É o impasse frequente na escrita dos testemunhos.

“Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer”.⁸ Desejo implícito de que não fosse mais necessário falar sobre isso e apesar disso, ter de falar para não mais ter de falar.

Ao constatar essa necessidade, hoje, talvez mais do que nunca, não é uma euforia que nos comove, mas a perseguição de uma dor que ainda está longe de encontrar seu lenitivo e que nos deixa sempre com uma certa inconformidade diante do espelho, do que vemos e no que vemos e reconhecer o que somos e o que nos tornamos e o que poderemos vir a ser.

A distância temporal entre o terrível vivido antes e o agora, a presença perene de um complexo conjunto de fatos e experiências que provocaram imensa dor e sofrimento em tantos e consequências em todos, mesmo naqueles inconscientes disso, e que geraram a experiência inaudita para além do suportável, provoca a tentação do desconhecimento de si em meio aos outros e a negação subsequente do que ouvimos, vivemos, dissemos e testemunhamos.

É uma loucura sóbria e solitária a que parece se instalar toda vez em que se necessita falar disso. Lembro-me de uma mãe, que perdera seu filho queimado de forma inexplicável, numa das unidades da FEBEM, num dos casos apresentados pelo Centro pelo Direito e pela Justiça Internacional à Comissão

7 Tavares, F. Memórias do Esquecimento. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 13.

8 Idem, *Ibidem*.

Interamericana de Direitos Humanos, que em sua exaustiva e admirável busca por justiça vivia, não raro, a experiência da iminência da loucura. Como se só ela tivesse certeza do seu filho morto, como se o filho morto fosse uma alucinação psíquica, um estado onírico permanente diante da negação insistente do fato por todos à sua volta. Um sonho traumático sem destinatário e sem escuta possível, uma condenação compulsiva ao seu próprio pesadelo.

A transparência do espelho

Sabemos que o objeto visado na ditadura eram os espíritos indômitos e resistentes e o meio de atingi-los foi o corpo, diferentemente do que ocorre hoje com o corpo do pobre reduzido à carcaça oca, já que pobre não tem espírito. Não se busca necessariamente nas violências cometidas contra o corpo do pobre a informação, mas a eliminação física pura e simples de um corpo, já previamente objetificado.

Creio que a partir daí o encontro com o espelho já não pode ser mais ingênuo. Ver o corpo refletido no espelho é observar uma imagem disforme, grave e profunda. Essa imagem nos repele para longe do espelho porque passa a ser – ele, o espelho – testemunha da não identidade entre si e o que se vê e que, de algum modo não revela mais o si mesmo.

Aquela imagem refletida indaga, agora, coercitivamente porque permanece rasurada, sem contornos definidos, atravessada por experiências próprias e alheias e o corpo como servo da história. Olhar-se no espelho pode agora ser tudo, menos agradável.

Desde então o espelho não será mais um referente para veicular nossa imagem e garantir algum consenso em torno dela mediado pela exposição de nossas aparências. A certeza de que o espelho é revelador de algo muito maior e mais complexo do que nossa aparência nos afasta dele. Outrora objeto acessório e trivial, o espelho revela-se como aquilo que fixa a própria imagem e inunda de perguntas para as quais não se podem obter respostas.

Não é uma imagem distorcida que se vê, mas uma imagem sofrida que foi imposta e que mutila e destrói o direito de viver o frugal sem culpa ou

desmerecimento. A imagem que se vê refletida no espelho já não é mais própria, mas reveladora do peso imenso da história de tantos, ao mesmo tempo impossível de ser negada e impossível de ser dita. Não há palavras. Há apenas uma imagem difícil de reconhecer e que flutua no vazio especular.

Então cada um de nós, de algum modo torturados, omissos, testemunhas, familiares, homens e mulheres brasileiros somos domados por uma imagem que nos foi capturada do espelho e que determina que uma vida comum, aparente e ingênua será muito difícil de ser vivida desde então. Nela se justapõem a dificuldade de restituir a integridade uma representação de si e a eloquência de um corpo marcado por aquilo que ainda pode transmitir.

Olhar no espelho é agora vasculhar, todos os dias, não só os sinais no corpo que não são mais ingênuos e carentes de significação, na busca de uma imagem apresentável de si a tiracolo; olhar nos faz testemunhas agora de um saber de si, do mundo e dos outros que permanece secreto e deliberadamente escondido. O corpo, sua imagem refletida no espelho, passa a ser uma prova, uma última prova de uma história que não se pode perder, mas que é, ao mesmo tempo, imensamente difícil de guardar.

Permanecem vivos no corpo ainda vivo todos aqueles que um dia se foram e cujos sinais inequívocos de sua presença estão nos gestos, em alguma dobra de pele, no olhar profundo refletido que agora fitamos, já que não estão mais em lugar nenhum: desaparecidos, foragidos, suicidados. Para o corpo, nunca mais o mundo das veleidades, das futilidades e do simulacro. O corpo se tornou o imperativo de uma verdade definitiva e grave. Para esse corpo-enigma o testemunho como tarefa, nunca mais carnaval.

Possivelmente por isso, talvez, é que o carnaval continua sendo nosso principal produto de exportação. Expondo um corpo aparentemente liberto, porém, não raro, patrocinado por ilegalidades, corrupção e atrocidades. Alegre por sua ignorância, contente por seu esquecimento, exultante em sua nudez, tornada mercadoria.

Tornar-se testemunho, portanto é, de certo modo, abdicar do corpo para colocá-lo a serviço da memória. Memória do corpo vivo que se insurge contra a insistência do desaparecimento e do esquecimento. Também corpo solitário cuja voz e as palavras lentamente se destilam enquanto haja quem as escute.

A aniquilação do testemunho, da palavra em busca de si, que persegue a própria dor quando seria plausível fugir dela, não é a ausência do que dizer, mas não ter quem escute o que se pode dizer.

Ao que parece, com a força sabe-se lá extraída de onde, estamos voltando a falar da ditadura, da guerrilha, das arbitrariedades cometidas e anistiadas pelo Estado e pela sociedade brasileira, no momento em que outros trabalham para mais uma vez silenciar o grito. Novamente dezenas de reuniões e eventos que têm lotado auditórios em muitos lugares, revelam que talvez estejamos prontos para reconhecer o que fizemos, o que não fizemos e o que fizeram de nós e de nossos amigos, irmãos, filhos, filhas, pais, avós.

Se for assim, cada um desses encontros será mais uma celebração. Não mais de palavras que se chocam umas contra as outras, mas de falas que encontram escutas e produzem sentidos infinitamente livres do silenciamento e do enclausuramento à que foram relegadas no Brasil até agora. Palavra livre para um corpo-enigma.

Porém, no Brasil, não raro a indignação se transmuta em vergonha, a dor em silêncio e a verdade pública em assunto privado. Isso porque o indignado, o machucado e a vocação pública são tratados até hoje como veleidades, acidentes incômodos que insistem em tirar as pessoas de sua paz privada, comprada a peso de ouro. O indignado, o machucado e a esfera pública são envolvidos com o manto da pobreza, do equívoco e do desprezível e como tais podem e devem ser degradados e apagados.

Fica fácil então traduzir indignação com terrorismo e pobreza com delinquência e a partir daí o espaço é livre para desmandos. Ainda vivemos hoje sobre o paradigma do discurso militarista contra os terroristas.⁹

É inesquecível e emblemática a cena em que Flávio Tavares¹⁰ diante de mais uma sessão de tortura e ao receber os eletrochoques, quase não sente a

9 Vigora no país, sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff a lei anti-terrorismo de 2016. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm. Apoiada nessa lei avança no congresso a tentativa de criminalizar manifestações e movimentos sociais aprovando o projeto de Lei 5065 de 2016 de autoria Delegado Edson Moreira. Ver: <http://jornalggm.com.br/tag/blogs/lei-antiterrorismo>

10 Tavares, F. *Memórias do Esquecimento*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 87-89.

dor insuportável que seria decorrente da descarga elétrica. Ele não fora atingido, dessa vez, porque estava sujo, o cascão o salvou. A sujeira o protegeu de mais um espetáculo de dor e morte, mas antes disso foi sua posição ideológica e a veiculação de seu corpo sujo como emblema de aprisionamento e maus tratos. Manter o corpo sujo era expor o estado de não liberdade.

Corpo limpo é corpo livre. Corpo sujo é corpo aprisionado e indignado. Corpos manchados e marcados com a nódoa da história, nunca um corpo completamente limpo. Corpo sujo que nos transmite e instrui sobre o modus operandi das ditaduras e fascismos amantes determinados da violência.

Construindo das ruínas um pensamento sobre o inaudito

Alguns exemplos vigorosos, repletos de dor e esperança, nos auxiliam a construir alianças estratégicas que se fazem em nome do dever. Muitos certamente conhecem o movimento dos HIJOS (hijos e hijos por la identidad y la justicia contra el olvido y el silencio) na Argentina e Espanha.

É uma organização que surge como um sucedâneo de um agravamento da ditadura Argentina (1976-1983) que, como todas as ditaduras, sempre conseguem se superar, ultrapassando os próprios limites do pensável e da degradação a que submetem uma nação inteira.

Los HIJOS se apresentam então como a terceira geração dos atingidos pela ditadura de estado, os filhos dos ativistas políticos opositores do regime militar, e se reconhecem, legitimamente, como aqueles que se apresentam diante da possibilidade da reconstrução da memória perdida que pode, e precisa, ser reinventada. Rompidos os laços com pais e mães, militantes políticos, dos quais foram arrancados e dos quais não se lembram, muitos dos *hijos* ainda eram recém-nascidos quando foram sequestrados para serem criados no ambiente dos assassinos de seus pais ou daqueles que os apoiaram de algum modo.

Em 2007 foi publicado um livreto organizado pela fundação de artistas chamada *Contaminame e a organização HIJOS Madrid*. Um pequeno regalo, uma obra de sensibilidade e inteligência artística, política e testemunhal como

poucas, intitulado *reencuentro*. Nesse livro se esclarecem e se dão a compreender, de uma forma completamente nova, quase leve, esse trecho obscuro da história Argentina. Vejamos a descrição de Mariana Eva Pérez do reencontro de uma jovem com sua família, após ter sido sequestrada pelos militares na Argentina e depois reencontrada¹¹

O juiz me convidou a passar para o despacho do secretario. Ali me esperava minha família, disse. Família, disse, e eu me imaginei entre uma multidão de tios e primos. Não esse velhinho que se aproximou em seguida arrastando os pés logo que atravessei a porta. O juiz disse que era meu avô paterno. Arrastando os pés veio até mim. Suas mãos buscaram as minhas com um gesto brusco. Porém, quando tomou minhas mãos e as teve nas suas, e as contemplou, foi pura tibieza, como se estivera acunhando um pássaro no oco das mãos. E disse com voz baixa, porém firme: ‘tens as mãos grandes como minha neta’. Ficamos em silencio e logo repetiu: ‘tens as mãos grandes como a minha neta.’

Eu era um bebê de 20 dias quando passou o que se passou. Ele me viu só duas vezes. Não me soltava. Sustentava minhas mãos com o mesmo cuidado e a mesma segurança com que se toca um pássaro assustado. O juiz lhe repetiu o mesmo que acabara de me dizer: que as análises genéticas davam 99,99% de probabilidade de inclusão. Porém o velho não me soltava.

Depois me disse: ‘Minha netinha tem um pinta nos quadris em forma de azeitona’. E me soltou e ficou me olhando, esperando talvez, que ali mesmo no despacho do secretario, abaixasse as calças para que ele pudesse ver essa mancha espantosa que sempre odiei. A mulher que me criou dizia que era enjôo. Coisa de gente velha. Que quando estava grávida teve enjôos de azeitonas negras

11 Fundación Contaminame e HIJOS (Madrid). *Reencuentros*: por la identidad y la justicia, contra el olvido y el silencio. Madrid: Punto y Coma, 2007, p. 35-36. (Tradução livre do espanhol).

e que por isso eu havia nascido com essas marcas, a marca do enjôo.

Eu acreditei.

Meu avô me disse que meu pai adorava minha pinta. Que cada vez que me trocava as fraldas, me dava um beijo ali. Meu pai pintava e meu avô conta que ele dizia que era uma mancha de tinta da china com a qual ele havia me marcado para sempre. A minha mãe dava um pouco de pena pensar que talvez eu nunca iria querer colocar biquíni, por culpa da pinta. Tinha razão, porém meu pai dizia que essa pinta era como sua assinatura ao pé do quadro de seu quadro mais bem sucedido, que era eu.

Isso me contou depois me avô. Esse dia, depois que eu lhe dissera que sim, tinha uma pinta nos quadris, ele apenas disse, como se estivesse falando consigo mesmo: 'então sim, é minha netinha porque minha netinha tem as mãos grandes e uma pinta nos quadris' (p. 62).

A delicadeza e textura desse texto inspiram as possibilidades impressionantes do reconhecimento, da cumplicidade e da afirmação da história, como se marcas e inscrições fossem enfim significadas a partir de outras marcas e inscrições já existentes e enigmáticas: a pinta na forma de uma azeitona nos quadris. Seria essa a marca do enjôo que designava a impossível metabolização da mãe postiça diante de uma azeitona preta que lhe fora impossível de digerir? Como expressão inconsciente da fantasia da negação da origem de seu bebê e do imperativo de ter de devolvê-lo ao seu devir, devir estancado, assim que ele foi sequestrado de seus pais.

A arte como testemunho crítico da transição

Algumas intervenções de artistas notáveis, cuja significação ultrapassa o tempo e o espaço são persistentes na recriação de novas formas de constituir

memória. Muitas dessas intervenções tiveram lugar na Alemanha pós-holocausto.

A obra de que trataremos são de autoria de Ester e Jochen Gerz,¹² e foi realizada em Harburg, na Alemanha. Ela se intitula monumento contra o fascismo, um anti-monumento sobre o holocausto.

Tratava-se de uma coluna de chumbo de 12 metros e 7 toneladas que foi implantada numa zona central de Harburg na Alemanha. Os visitantes eram convidados a interagir com a coluna. Escrevendo sobre sua superfície, escrevendo seu nome ou marcando-a fisicamente de algum modo.

A cada vez que a superfície da coluna era totalmente preenchida, deixando a parte lisa e limpa além do alcance das mãos, a coluna era novamente e parcialmente enterrada, de modo a ficar sempre um espaço disponível para a palavra a ser grafada pelas pessoas instigadas a fazê-lo. Ao longo de sete anos esse enterro póstumo foi realizado, durante oito fases de soterramentos parciais e sucessivos da torre até o seu desaparecimento total. Alguns escreviam frases, símbolos e até manifestos neonazistas. Sugeriu-se que esses últimos fossem apagados, mas Ester e Jochen Gerz foram contrários. Ao final o monumento contra o fascismo fora enterrado completamente e dele há apenas um vestígio e uma plaqueta ao lado que explica o que se passou com a obra e o processo de seu desaparecimento. O fundamental era proceder ao seu soterramento.¹³

12 Agradeço ao amigo Marcio Seligmann-Silva por me apresentar a obra de Jochen e Ester Gerz e Horst Hoheisel, notáveis artistas alemães pós-nazismo.

13 Imagens disponíveis no site: www1.uni-hamburg.de/rz3a035//antifascist.html. Data de acesso: 30/10/2009.





Esse espetáculo que se distendeu no tempo (sete anos) entre 1986-1993, que marcou em sua superfície cerca de 70.000 assinaturas, está hoje inteiramente soterrado, desaparecido. Aquilo que permanece visível é apenas uma prova de sua passagem. Um vestígio do acontecimento que o monumento foi capaz de gerar.

Jacques Derrida,¹⁴ numa observação notável definira a pulsão de morte, na oposição binária sugerida por Freud (pulsões de vida e morte), como a pulsão que apaga seus próprios traços. Destacava então que um dos efeitos mais devastadores da pulsão de morte era o esmaecimento da própria história e com ela do próprio devir. A pulsão de destruição, face da pulsão de morte dirigida aos objetos, não era outra coisa senão ataque direto à história e aos que a fazem perdurar: sujeitos humanos.

14 Derrida, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001

O diálogo entre essas observações de Derrida sobre a pulsão de morte e essa obra de Ester e Jochen Gerz perfazem precisamente o mesmo argumento. A coluna de chumbo cravada na terra, junto com as marcas que foi possível lhe imprimir, sobrevivem latentes como marcas de uma decifração impossível sob e dentro da terra. Sua história será informada por uma plaquinha ao lado do ex-monumento, do anti-monumento, que mal informará sobre a experiência de sete anos que acompanharam a sua realização. Ela refaz o que os fascismos assumem como tarefa: apagar os próprios traços e, desse modo, atingir a história em seu dever deixando em seu lugar uma pífia informação de sua passagem.

Outro exemplo vem dos trabalhos de Horst Hoheisel, artista alemão que tem seu trabalho dirigido para o debate sobre o esquecimento e a memória. Ele esteve no Brasil em 2003 onde expôs desenhos no museu Lasar Segall, realizando também trabalhos sobre a ditadura militar no Brasil que foram expostos no Centro Maria Antônia em 2003, na exposição intitulada janelas da memória e tem retornado com frequência ao Brasil.

Gostaria de destacar um de seus trabalhos, anti-monumentos, que Horst Hoheisel realizou em Kassel, na Alemanha. É a reprodução de uma fonte doada à cidade de Kassel, por um negociante judeu chamado Sigmund Aschrott, construída em 1908. Em 1939 foi destruída pelas forças nazistas em recusa à manutenção de um presente doado por um judeu. Apenas a base da fonte permaneceu. Em 1983, sobre a mesma base, a mesma ruína, Horst Hoheisel propôs reconstruir uma reprodução da fonte, enterrá-la de cabeça para baixo e depois tampá-la com vidro, colocando sobre ela grades de metal. O sistema hidráulico dela foi invertido de modo a não vermos a água sendo ejetada para cima como numa fonte comum, mas através das grades de metal vê-se a água vertendo para baixo, continuamente, e se pode ouvi-la. Não são as águas triunfantes de uma fonte projetadas ao ar alegremente, mas algo que mais se assemelha à lágrimas vertendo para o profundo, infinitamente.

Um debate foi suscitado sobre o porquê da obra não ser reconstruída tal como era, já que, embora invertida, a fonte foi reconstruída na íntegra. Hoheisel observou que ela poderá sim ser reinvertida, no dia em que houver uma nova

consciência entre o povo alemão sobre os acontecimentos que tornaram possível o holocausto.¹⁵



15 Imagens disponíveis no site: www.chgs.umn.edu/museum/memorials/hoheisel/fountain.html. Data de acesso: 30/10/2009.







Esses são exemplos que, do meu ponto de vida, recriam a própria linguagem do traumático e seu estatuto compulsivo. Nessas obras extraordinárias não se trata de reparar o irreparável, nem reverter o irreversível, mas de produzir representações inéditas sobre o que não pode ser dito, apoiando na imagem a representação obtusa e imperfeita sobre o terrível.

São inversões, reinvenções e estratégias de significação que reinventam a própria linguagem e propõem um novo devir no seio de uma história que, por sua vez, está sempre prestes a ser soterrada. Reproduzir seu soterramento é, de certo modo, constranger seu próprio mecanismos de apagamento como se, escurecendo a escuridão e mergulhando mais fundo no profundo um novo e inusitado cenário se pusesse à mostra iluminando o porvir.